

MENSAGEM Nº 312

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de julho de 2023.

EM nº 00184/2023 MRE

Brasília, 3 de Julho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, aos Estados Federados da Micronésia e à República das Ilhas Marshall, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 956, de 23 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 28 de junho de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 402/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4400712** e o código CRC **F0124FA7** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006038/2023-81

SUPER nº 4400712

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA*

CPF.: 343.860.847-20

ID.: 5706 MRE

1952 Filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura, nasce em 12 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1974 | Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ |
| 1981 | CAD - IRBr |
| 1990 | História pelo Centro Universitário de Brasília/DF |
| 1997 | CAE - IRBr, A Polônia em Transição e a Configuração de um Novo Quadro Político-Econômico para o Relacionamento com o Brasil |

Cargos:

- | | |
|------|---|
| 1974 | CPCD - IRBr |
| 1975 | Terceiro-secretário |
| 1978 | Segundo-secretário |
| 1984 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1992 | Conselheiro, por merecimento |
| 1999 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 2009 | Ministro de Primeira Classe |

Funções:

- | | |
|---------|---|
| 1975-76 | Departamento da África, assistente |
| 1976-80 | Embaixada em Berlim Oriental, Terceiro e Segundo-secretário |
| 1980-83 | Embaixada em Ottawa, Segundo-secretário |
| 1984-85 | Embaixada em La Paz, Segundo-secretário |
| 1985-86 | Departamento do Pessoal, assessor |
| 1986 | Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, Chefe |
| 1986-87 | Departamento de Pessoal, assessor |
| 1987-92 | Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Chefe |
| 1992 | Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo |
| 1992-96 | Embaixada em Paris, Conselheiro |
| 1996-98 | Embaixada em Varsóvia, Conselheiro |
| 1998-00 | Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe |
| 2000-03 | Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro e Delegado Permanente Adjunto |
| 2003-07 | Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro |
| 2007 | Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos, Coordenador-Geral |
| 2007 | Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, Coordenador-Geral |

2007	Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (Coordenador-Geral)
2009-11	Departamento da Ásia e Oceania, Diretor
2011-12	Departamento de Mecanismos Inter-regionais, Diretor
2012-14	Embaixada em Liubiana, Embaixador
2014-17	Embaixada em Bangkok, Embaixador
2018-22	Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
2022-23	Grupo de Trabalho sobre o Fluxo de Carreira de Diplomata, Coordenador

Condecorações:

1991	Medalha do Mérito Santos Dumont
1992	Cruz Pro Ecclesia et Pontificia, Vaticano
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito Militar da Aeronáutica

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FILIPINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE AS FILIPINAS	
Nome Oficial:	República das Filipinas
Gentílico:	Filipino (a)

Capital:	Manila
Área:	300 mil km ²
População:	112,15 milhões
Línguas oficiais:	Filipino (tagalog), inglês e línguas locais
Principais religiões:	Catolicismo (81%), protestantismo (8%), islamismo (5%)
Sistema de governo:	República presidencialista unitária
Poder Legislativo:	Congresso bicameral, com Senado (eleitos para mandato de 6 anos) e Câmara dos Deputados (mandato de 3 anos).
Chefe de estado:	Presidente Ferdinand Marcos Jr. (desde 06/2022)
Chefe de governo:	Presidente Ferdinand Marcos Jr. (desde 06/2022)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Enrique A. Manalo (desde 01/07/2022)
PIB nominal (est. 2023, FMI):	US\$ 440,9 bilhões
PIB PPP (est. 2023, FMI):	US\$ 1,29 trilhão
PIB <i>per capita</i> (est. 2023, FMI):	US\$ 3.910
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2023, FMI):	US\$ 11.420
Variação do PIB (FMI):	-9,5% (2020); 5,7% (2021); 7,6% (2022); 6% (est. 2023)
IDH (2020, PNUD)	0,718 (107 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2022)	US\$ 1,84 bilhão (+10,2%)
Saldo da balança comercial (2022)	Superávit de US\$ 1,21 bilhão (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2022)	US\$ 1,53 bilhão (+11,5%); 38º destino
Principais produtos exportados	Minério de ferro (26%); carne de aves (19%); carne bovina (18%); carne suína (11%); e milho (4,7%)
Total importações brasileiras (2022)	US\$ 314 milhões (+4,6%); 63 ^a origem
Principais produtos importados	Componentes eletrônicos (20%); máquinas para escritório (15%); máquinas de processamento de dados (11%); e monitores (6,5%)
Ranking do Brasil no comércio exterior das Filipinas (2021)	16º fornecedor / 28º destino
Investimentos das Filipinas no Brasil	<i>International Container Terminal Services Inc.</i> (ICTSI) opera terminal de contêineres nos portos de Suape e Rio de Janeiro.
Investimentos do Brasil nas Filipinas	Não há informação de investimentos brasileiros de relevo.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há negociações em curso.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	71,1 anos
Alfabetização (2019):	98,2%
Índice de desemprego (2020, FMI):	5,1%
Unidade monetária:	Peso filipino (PHP)
Embaixador em Brasília:	Joseph Gerard B. Angeles
Brasileiros no país:	263 brasileiros residentes ("Bureau of Immigration")

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)									
Brasil → Filipinas	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	615	874,4	1210,6	983,1	691,4	921,9	1.100,8	1.673,1	1.844,4

Exportações	321	576,4	880,4	728,6	443,4	655,0	834,8	1.372,6	1.530,8
Importações	294	298,4	330,2	254,4	248,0	266,9	266	300,5	314
Saldo	26	278,4	550,2	474,1	195,4	388,1	568,8	1.072,1	1.216,0

APRESENTAÇÃO

A República das Filipinas é um país insular do Sudeste Asiático, formado por 7.641 ilhas que, agrupadas, totalizam aproximadamente 300 mil km². A população filipina ultrapassou os 112 milhões de habitantes (13º país mais populoso do mundo) e está concentrada na ilha do Luzon, onde se encontra a capital, Manila. A localização geográfica torna o país sujeito a terremotos e tufões. As Filipinas são dotadas de recursos naturais abundantes, além de figurar entre os países megadiversos.

A população tem origens étnicas diversas, resultado de sucessivas ondas de povoação. O primeiro contato com os europeus deu-se em 1521, a que se seguiu a colonização espanhola por mais de 350 anos. Uma revolta, em 1898, resultou na proclamação da independência, logo frustrada pela anexação aos EUA. Em 1946, o país tornou-se de fato independente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

FERDINAND “BONGBONG” ROMUALDEZ MARCOS JR. **Presidente**



Nasceu em 1957. Matriculou-se em Filosofia, Política e Economia, em Oxford, onde recebeu diploma especial em Estudos Sociais. É filho de Imelda Marcos e do ex-ditador Ferdinand Marcos, cujo regime de 25 anos encerrou-se com movimento popular que enviou a família Marcos para o exílio entre 1986 e 1989.

Ocupou por mais de 10 anos a posição de governador de Ilocos Norte (1983-1986 e 1998-2007). Foi eleito duas vezes deputado (1992-1995 e 2007-2010). Em 2010, candidatou-se ao Senado, tendo cumprido mandato entre 2010 e 2016. Em 2016, candidatou-se à vice-presidência, quando perdeu por menos de 1% de diferença. Em 2021, anunciou que concorreria à presidência. Sua campanha aliou-se à candidatura a vice-presidente de Sara Duterte, filha do então presidente Rodrigo Duterte. Foi eleito presidente com 58% dos votos, mais que o dobro do que a principal concorrente.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas foram estabelecidas em 1946 e são as mais antigas do Brasil no Sudeste Asiático. A Embaixada das Filipinas em Brasília foi inaugurada em 1965, ao passo que o Brasil instalou sua representação diplomática em Manila em 1970.

Ao longo desse período, o Brasil recebeu número significativo de visitas de autoridades filipinas. A última visita presidencial ocorreu em 2009, ano em que esteve no Brasil a presidente Gloria Macapagal Arroyo.

Em nível ministerial, estiveram no país os secretários (cargo equivalente ao de ministro) de Negócios Estrangeiros, Alberto Romulo e Albert del Rosario, em 2007 e 2011, respectivamente; em 2013, o secretário de Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e a secretária de Bem-Estar Social, Corazon Juliano-Soliman; e, em 2017, o secretário de Agricultura, Emmanuel Piñol.

Do lado brasileiro, nunca ocorreu visita presidencial ou de ministro das Relações Exteriores. A última visita bilateral de alto nível ocorreu em 1979, ano em que o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez visita a Manila. Em 1988, o ministro da Cultura Celso Furtado participou em Manila de conferência internacional sobre “*Newly Restored Democracies*”.

Os dois países possuem, em vigor, acordos bilaterais sobre dispensa parcial de vistos, dupla tributação, treinamento de diplomatas e sobre a realização de consultas políticas. Há, em curso, negociação de dois Acordos na área de defesa, de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e de cooperação nas áreas de agricultura, turismo, em matéria penal e no combate ao tráfico e abuso de drogas. Mais recentemente, Brasil e Filipinas assinaram, em julho de 2022, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa.

Em 2006, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Bilaterais. A primeira reunião ocorreu em 2010, e a quinta, em setembro de 2021, de maneira virtual, oportunidade em que também foram discutidas possibilidades de cooperação em áreas como agricultura, energia renovável e defesa. Em junho de 2023, realizou-se em Manila a sexta e mais recente reunião de Consultas Bilaterais. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Eduardo Paes Saboia, Secretário de Ásia e Pacífico.

O enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô, visitou Manila, em julho de 2022, acompanhado do coordenador da CASEAN e do gerente da Coordenação de Cooperação Técnica com África, Ásia e Oceania da ABC.

Avistou-se com a subsecretária para relações bilaterais e ASEAN da chancelaria, embaixadora Maria Teresa Lazaro, ocasião em que entregou cartas dos Senhores PR e ME aos seus homólogos. Reuniu-se igualmente com o secretário de Comércio e Indústria, Alfredo Pascual, com o secretário de Defesa, José C. Faustino Jr., além do "officer-in-charge" do departamento (ministério) de Agricultura, Leocadio Sebastian. O último é mais alta autoridade no Departamento de Agricultura, em razão de o presidente Ferdinand Marcos Jr haver decidido assumir, ele próprio, a chefia da pasta.

Em fevereiro de 2023, no contexto da Conferência de Segurança de Munique, o Sr. ME manteve breve encontro com o chanceler Enrique Manalo.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente nas Filipinas é estimada em 400 pessoas (dados pré-pandemia), concentrada na região metropolitana de Manila. A maioria é de profissionais de classe média e média-alta, incluindo atletas, modelos e missionários religiosos.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma república unitária e uma das democracias mais antigas da Ásia. O país enfrentou, contudo, longo período de exceção sob Ferdinand Marcos (1965-1986). A queda de Marcos e a ascensão à presidência, em 1986, de Corazón Aquino, resultou na elaboração de nova Constituição, em 1987, ainda em vigor. Em termos gerais, a política doméstica é caracterizada pela fragmentação de partidos políticos, largamente dependentes de lideranças carismáticas, das dinastias políticas regionais e da dinâmica de alianças.

O Poder Legislativo é composto por Congresso bicameral. Além da elaboração e aprovação de leis, é prerrogativa do Congresso, entre outras, chancelar ou rejeitar nomeações feitas pelo Executivo.

O Senado é composto por 24 senadores. O presidente do Senado é o terceiro na linha sucessória, após o vice-presidente da República. Há limite de dois mandatos consecutivos. A Câmara dos Deputados, por sua vez, é hoje composta por 304 parlamentares, eleitos em sistema misto, com 243 por voto distrital e 61 mediante voto proporcional por listas partidárias. Há limite de três mandatos consecutivos.

O poder Judiciário tem sua autoridade máxima no Supremo Tribunal de Justiça, composto por seu presidente ("Chief Justice") e quatorze juízes associados,

nomeados pelo presidente de República por meio de candidaturas apresentadas pelo Conselho Judicial.

O chefe do Executivo é eleito para mandato de seis anos, por voto direto, sem direito à reeleição.

Presidência Marcos Jr.

Em março de 2022, foram realizadas as eleições para os governos locais, para a Câmara e para metade do Senado, além da chefia do Poder Executivo. As eleições para Presidência e Vice-Presidência nas Filipinas são dissociadas e decididas em turno único.

Na ocasião, Ferdinand “Bongbong” Marcos Jr. venceu as eleições presidenciais, com 58% dos votos, mais do que o dobro da segunda colocada -, a primeira vez que o presidente eleito atinge a maioria absoluta dos votos desde a redemocratização. Em pleito independente, sua aliada de campanha na chapa "*UniTeam*", Sara Duterte-Carpio, filha do ex-presidente Rodrigo Duterte, também se saiu vitoriosa com folga.

Desastres Naturais

Em dezembro de 2021, as regiões de Visayas e Mindanao foram atingidas pelo tufão Odette, cujo saldo inicial foi de 208 mortos e mais de 440 mil pessoas evacuadas. O tufão ainda destruiu casas e plantações, com prejuízos da ordem de US\$ 18 milhões, além de danificar seriamente a infraestrutura de determinadas regiões, sendo considerado um dos piores desastres naturais na história recente do país.

Em fevereiro de 2022, o Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), realizou doação humanitária de US\$ 100 mil para assistência às necessidades mais prementes das vítimas da tragédia, em operação canalizada pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a anunciar sua contribuição.

Região Autônoma de Mindanao Muçulmano

Minadanao é considerada a mais pobre região do país, na qual se concentra a maior parte dos seis milhões de muçulmanos filipinos. Grupos armados islâmicos, comunistas e jihadistas atuam há décadas na região, com demandas diversas e conflitos periódicos. Em 1996, foi assinado acordo de paz, com mediação da Indonésia, no qual o governo filipino criava a Região Autônoma de Mindanao Muçulmano.

Em 2014, foi assinado novo acordo de paz entre o governo filipino e a Frente Islâmica de Libertação Moro, cujo principal elemento consistiu no fortalecimento da autonomia da região. Em janeiro de 2019, foi realizado plebiscito sobre a criação da Região Autônoma de Bangsamoro Mindanao Muçulmano (BARMM). Quase dois anos antes, simpatizantes do autodenominado Estado islâmico ocuparam a cidade de Marawi, entre maio e outubro de 2017, tendo sido a cidade libertada após meses de conflito armado.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa filipina está estruturada, sobretudo, em três grandes vertentes de atuação: i) a segurança nacional, que se dá mediante a defesa de seus direitos soberanos marítimos e da promoção da estabilidade regional; ii) a diplomacia econômica, concretizada pela atração de turismo e de investimentos para superar gargalos de desenvolvimento e contribuir no enfrentamento à pobreza; e iii) a proteção dos trabalhadores migrantes, decorrente do fato de o país ser origem de uma das maiores diásporas do mundo.

Paralelamente, em termos bilaterais, a tradicional proximidade com os Estados Unidos alterna-se com momentos de aproximação pendular com a China e, no contexto regional, com a preeminência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual as Filipinas são membro-fundador.

Nos últimos anos, contudo, as Filipinas também têm buscado diversificar suas relações na Europa, Oriente Médio e restante da Ásia-Pacífico. Embora a figura do ex-presidente Duterte tenha polarizado opiniões ao longo de seus 6 anos de governo, observa-se, em geral, uma postura pragmática dos parceiros externos quanto ao país.

Plano Bilateral

Os Estados Unidos ocupam papel particular no imaginário filipino pelo ambivalente legado de modernização e destruição deixado pelo domínio exercido entre 1898 e 1946. Os dois países mantêm tratado de defesa mútua, que remonta a 1951, e os Estados Unidos mantiveram bases militares permanentes nas Filipinas até 1992.

A cúpula das forças armadas valoriza a aliança militar com Washington e busca preservar o arcabouço institucional que a sustenta: Tratado de Defesa Mútua (1951), *Visiting Forces Agreement – VFA* (1999) e *Enhanced Cooperation Defense*

Agreement – EDCA (2014). As Filipinas adquiriram, em 2003, o status de *major non-NATO ally*. Os dois países colaboram, ainda, com treinamento e ações de contraterrorismo

No governo Duterte (2016-2022), as relações com a administração de Barack Obama foram marcadas por desentendimentos em torno da política filipina de “guerra às drogas”, agravados pelas divergências de estilo de liderança. A maior afinidade demonstrada com Donald Trump distendeu parcialmente as relações a partir de 2017.

Com a administração Biden, temia-se, em particular, atritos por conta de possíveis críticas à situação dos direitos humanos nas Filipinas, como ocorreu durante a presidência de Barack Obama. No entanto, não é o que tem ocorrido. Em julho de 2021, o Secretário de Defesa dos EUA realizou visita de trabalho ao país, garantindo a manutenção do *Visiting Forces Agreement* (VFA), que Duterte havia ameaçado abandonar unilateralmente. O VFA, de 1999, disciplina a presença de tropas dos EUA em território filipino e é percebido internamente como o principal fator de dissuasão contra posturas mais assertivas da China.

Na presidência Marcos Jr., o primeiro encontro com Joe Biden ocorreu em setembro de 2022, às margens da 77ª AGNU, em Nova York. O encontro cumpriu o objetivo de enviar sinal de renovação da aliança filipina-estadunidense, após a gestão de Rodrigo Duterte, referida pelo mandatário norte-americano como um período turbulento (“*rocky years*”). A agenda do encontro enfocou, entre outros, no contexto geopolítico no Indo-Pacífico, na recuperação econômica pós-pandemia, na cooperação em matéria de energias renováveis e na situação no Mar do Sul da China.

Em maio de 2023, Ferdinand Marcos Jr. realizou a primeira visita oficial de um chefe de Estado filipino aos EUA em quase uma década. A viagem insere-se em série de visitas de alto nível, a exemplo da viagem a Manila do secretário de Estado Antony Blinken (ago/2022), da vice-presidente Kamala Harris (nov/2022); e do secretário de Defesa Lloyd Austin (fev/2023).

As relações com a China são importantes para as lideranças econômicas das Filipinas, onde sobressaem, tradicionalmente, filipinos de ascendência chinesa. Tal fato influencia a receptividade aos investimentos chineses. O ex-presidente Duterte reforçou as relações com Pequim nos campos político e econômico, com repercussões ambivalentes junto à opinião pública local.

A questão do Mar do Sul da China tem importância estratégica para as Filipinas, tanto em termos de estabilidade regional quanto pelo potencial de exploração dos recursos naturais, além da preservação do meio-ambiente marinho. Caso aberto pelo governo de Benigno Aquino contra Pequim culminou em laudo da

Corte Permanente de Arbitragem, de 2016, segundo o qual diversas formações naturais reivindicadas pela China – inclusive Reed Bank, rico em hidrocarbonetos – fazem parte da Zona Econômica Exclusiva filipina. O governo chinês jamais reconheceu o laudo arbitral.

O laudo arbitral foi deixado em segundo plano ao longo da maior parte do governo Duterte, que, em linhas geral, priorizou o tratamento bilateral do assunto. Essa abordagem, no entanto, não se mostrou produtiva, tendo em vista o aumento dos incidentes entre barcos pesqueiros chineses em águas reivindicadas pelas Filipinas. Somente em 2021, em três momentos distintos (março, abril e novembro), o chanceler filipino transmitiu protestos oficiais às autoridades chinesas contra atuação de embarcações pesqueiras ou navios da Guarda Costeira Chinesa em águas filipinas.

As relações com Japão e Coreia do Sul são fundamentais do ponto de vista econômico, incluindo ajuda oficial ao desenvolvimento, comércio, investimentos e turismo (as Filipinas recebem mais de 8 milhões de turistas por ano). O Japão é um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimentos, além de maior provedor de assistência oficial ao desenvolvimento nas Filipinas. Os dois países mantêm Acordo de Parceria Econômica desde 2006. Por compartilhar preocupações com a estabilidade das águas regionais, o Japão contribui com o fortalecimento da Guarda Costeira filipina e coopera em atividades de contratarrorismo. Se os Estados Unidos e a China são os dois polos da diplomacia pendular filipina, o Japão pode ser considerado um terceiro elemento que ocupa espaços deixados pelas grandes potências.

A Rússia é outro ator de relevo geopolítico para as Filipinas. O ex-presidente Duterte realizou gestos de aproximação. Destacam-se iniciativas de cooperação nas áreas de defesa, com o fornecimento de armamentos russos, e de saúde. Em fevereiro de 2022, o país condenou publicamente a invasão da Ucrânia por forças russas, tendo votado a favor de resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas que condenou as ações da Rússia.

As relações das Filipinas com os países europeus e a União Europeia tornaram-se mais complexas durante o governo Duterte. Apesar do descompasso político, que responde aos anseios da opinião pública de parte a parte com relação à política filipina de “guerra às drogas”, os países europeus permanecem relevantes para as Filipinas na arena econômico-comercial. Entrou em vigor, em 2018, o Acordo de Livre-Comércio Filipinas – EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), assinado em 2016. Encontra-se em negociação, ainda, acordo de livre-comércio com a União Europeia. Além disso, quase um milhão de filipinos residem na Europa.

Plano Multilateral e Regional

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e ocuparam assento não-permanente no Conselho de Segurança (CSNU) em quatro ocasiões, sendo a última em 2004-2005. O país apoia o pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do CSNU.

Em relação ao meio ambiente, as Filipinas fazem, como o Brasil, parte do Grupo de Países Megadiversos, que congrega países em desenvolvimento que abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. O país é parte da Convenção sobre Diversidade Biológica e de seus Protocolos de Cartagena e Nagoia. No âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (*UNFCCC*), as Filipinas ratificaram o Acordo de Paris em 2017.

Localizado no cinturão de tempestades tropicais e com alta suscetibilidade a enchentes e secas, o país é listado, em alguns estudos, no rol dos mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima. Em abril de 2021, o país submeteu sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que estabeleceu compromisso de redução de 75% das emissões de gases de efeito estufa até 2030. Para tanto, o país precisará readequar sua matriz elétrica, na qual 75% da produção é baseada em fontes não-renováveis. O país introduziu incentivos a fontes de energia limpa em sua recente reforma tributária e faz parte, como o Brasil, da Plataforma para o Biofuturo.

As Filipinas sediam o Banco Asiático de Desenvolvimento (*ADB*), instituição com 68 Estados-membros e foco nas áreas de infraestrutura, educação, meio ambiente, cooperação regional e articulação do setor financeiro. O país defende a reforma das instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Direitos Humanos

Nos últimos anos, as Filipinas têm enfrentado críticas quanto a violações cometidas no contexto da “guerra às drogas” e ao tratamento conferido aos ativistas de direitos humanos, entre outras.

Em julho de 2019, a aprovação de resolução sobre o país no Conselho de Direitos Humanos da ONU, constituiu incômodo para o governo, que tem dado demonstrações de maior permeabilidade ao diálogo internacional sobre a matéria, em particular com a assinatura de Programa Conjunto de Cooperação Técnica e Construção de Capacidades para a Promoção dos Direitos Humanos, entre Filipinas e Nações Unidos.

Tribunal Penal Internacional

Em março de 2018, o país optou por deixar o Tribunal Penal Internacional (TPI), um mês após a promotora-chefe do TPI, Fatou Bensouda, anunciar a autorização para o início de exame preliminar sobre a atuação do governo das Filipinas e as ações executadas no âmbito da “guerra às drogas”. A saída definitiva se concretizou em março de 2019, um ano após o anúncio, de acordo com as regras do Tribunal.

Ferdinand Marcos Jr. anunciou, em abril de 2023, o fim de qualquer envolvimento das Filipinas com discussões no âmbito do TPI, após a Câmara de Apelação do tribunal rejeitar apelação para suspender as investigações.

Comunidade Filipina no Mundo

A proteção das comunidades no exterior é bandeira tradicional da diplomacia filipina e constitui importante pauta bilateral com os países de destino. Cerca de 10 milhões de filipinos residem no exterior, sendo mais de 2,3 milhões na categoria de *Overseas Filipino Workers* (OFW), que concentra ocupações de menor qualificação. Em 2019, o Banco Central filipino registrou mais de US\$ 33 bilhões em remessas recebidas. Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Malásia, Canadá e Austrália são os principais destinos dos migrantes filipinos.

Presidência Marcos Jr.

Em setembro de 2022, Marcos Jr. dirigiu-se à 77ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, apresentando as principais linhas de sua política externa, cujas prioridades anunciadas foram as mudanças climáticas, a segurança alimentar e a importância de uma ordem internacional aberta, inclusiva e baseada no direito internacional.

Ao longo de seu discurso, Marcos Jr. ressaltou quatro desafios para a coesão e sobrevivência da comunidade internacional: i) a mudança climática; ii) a necessidade de modernização da governança global; iii) o acirramento das polarizações e competições estratégicas; e iv) a persistência dos padrões de desigualdade entre os países, o que teria sido evidenciado na resposta emergencial à pandemia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Nas últimas duas décadas, em função de profundas reformas econômicas e crescente abertura a investidores externos, o país apresentou crescimento econômico ininterrupto, com média de 6,4% ao ano entre 2009 e 2019, último ano antes da pandemia da COVID-19.

Ao longo desse período, o país observou ascensão da classe média e a consequente alteração nos padrões de consumo da população. Nesse ritmo, esperava-se que, no médio prazo, o país superasse o nível de renda média-baixa (tornando-se país de renda média) e continuasse diminuindo o hiato entre seu nível de desenvolvimento e o de alguns de seus vizinhos.

Estes cenários, no entanto, foram reavaliados em decorrência da pandemia, já que o PIB filipino apresentou retração de 9,6% em 2020. Em 2021 e 2022, a economia se recuperou, crescendo 5,6% e 7,6%. Segundo dados de 2022, o consumo interno – aliado ao avanço da vacinação e à progressiva retomada da atividade econômica – tem sido o principal fator da indução do crescimento. Previsões do governo estimam crescimento entre 6 e 7% em 2023.

Com urbanização crescente, emergência de nova classe média e população jovem, relativamente educada e fluente em inglês, as Filipinas devem continuar a basear sua estratégia de crescimento na expansão do consumo interno, investimentos em grandes obras de infraestrutura (destaque para o programa de incentivo governamental “*Build, Build, Build*”) e aposta no perfil de centro de terceirização de processos de negócios (“*BPO – business process outsourcing*”). Outra importante característica da economia local está nos bilhões de dólares em remessas enviadas regularmente pelos filipinos que trabalham no exterior. Em 2022, as remessas foram de US\$ 36 bilhões (8,9% do PIB). Igualmente histórico foi o volume de investimentos externos diretos, que atingiram o recorde de US\$ 10,5 bilhões.

Em termos macroeconômicos, as Filipinas têm optado pela manutenção do equilíbrio das contas públicas e pela redução dos déficits fiscais. De acordo com as autoridades monetárias do país, o déficit fiscal, em 2021, foi de 8,6% do PIB, abaixo da meta prevista de 9,3%. Para os próximos anos, estima-se redução progressiva dos déficits, até alcançar cerca de 5,5% em 2024. O país possui reservas internacionais na casa dos US\$ 108 bilhões, valor adequado para fazer frente aos compromissos da balança de pagamentos no curto e médio prazo.

O bom desempenho da economia, porém, não tem logrado reverter movimento de precarização de postos de trabalho no país. O nível de desemprego, em 2021, atingiu 7,8%, e o de subemprego, 16%, valores muito acima do pré-pandemia (5,1% e 13,8%, respectivamente, em 2019). A inflação, igualmente, tem sido motivo de

preocupação das autoridades filipinas, em especial aquela dos alimentos, transporte e combustíveis. Em 2022, atingiu 5,8% e, para 2023, estima-se índice de 6,2%, valores significativamente acima da faixa almejada de 2% a 4%. O desemprego segue trajetória de baixa, de 7,8% (2021) para 5,4% (2022) e 4,8% (2023).

Comércio exterior

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é central à inserção internacional filipina, por facultar ao país acesso à ampla rede de acordos de comércio e investimentos mantidos pelo bloco. Por meio dela, as Filipinas integram os seguintes instrumentos regionais de livre-comércio: o Acordo de Livre-Comércio da própria ASEAN, bem como os acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. Integrante da Associação, foi, ainda, um dos signatários da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), firmada em novembro de 2020 e em vigor desde janeiro de 2022. A RCEP é a maior área de livre-comércio do mundo.

Em termos bilaterais, as Filipinas contam com acordos de livre-comércio com o Japão e o EFTA, já tendo concluído as negociações de um ALC com a Coreia do Sul em outubro de 2021. Em junho de 2022, o país assinou com Israel Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos (IPPA) e Acordo de Cooperação Econômica.

O comércio exterior das Filipinas totalizou US\$ 216 bilhões em 2022 (+13%), com exportações de US\$ 78,9 bilhões e importações de US\$ 137,2 bilhões. Há, assim, forte déficit, US\$ 58 bilhões (o país é tradicionalmente deficitário). O Japão (15,5%), os EUA (15,2%) e a China (15,1%) foram os principais destinos das exportações filipinas, cuja pauta é composta majoritariamente por circuitos integrados, semicondutores, discos rígidos e equipamentos e aparelhos elétricos. Já do lado das importações, os principais fornecedores do país foram China (23,1%), Japão (9,6%), EUA (7,9%) e Coreia do Sul (7,7%). Os principais produtos importados foram, em ordem decrescente, petróleo e derivados, circuitos integrados, semicondutores, carvão e vacinas.

Brasil: Comércio

No que se refere ao comércio bilateral, as trocas entre o Brasil e as Filipinas apresentaram crescimento até atingir US\$ 1,2 bilhão em 2013, montante que se retraiu até o mínimo de US\$ 631 milhões, em 2016, em função da queda das exportações brasileiras de minério de ferro, motivada pelo fim da operação da Vale em Subic Bay.

Desde 2017, no entanto, os valores têm crescido de maneira sustentada. Em 2022, a corrente bilateral totalizou US\$ 1,84 bilhão, com alta de 10,2% em relação a 2021 e novo recorde. As exportações do Brasil atingiram US\$ 1,53 bilhão (+11,5%) e as importações, US\$ 314 milhões (+4,6%). O saldo foi positivo para o Brasil em US\$ 1,21 bilhão.

A pauta exportadora brasileira é concentrada em minérios de ferro (26%), produto seguido pelas carnes de aves (19%), bovina (18%) e suína (11%). O Brasil é um dos principais fornecedores de proteína animal para as Filipinas (1º em carne bovina, 1º em aves e 3º em carne suína, de acordo com dados do “*Bureau of Animal Industry*”). As importações das Filipinas para o Brasil foram principalmente de bens industrializados, como componentes eletrônicos (26%), máquinas para escritórios (15%), máquinas de processamento de dados (11%) e monitores (6,5%).

Setor de relevância nas relações bilaterais comerciais recentes é o de produtos de defesa. A cooperação bilateral em matéria de defesa apresenta potencial, sobretudo no contexto de modernização das Forças Armadas filipinas. Em junho/2022, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação em Defesa e estão em negociação instrumentos bilaterais sobre cooperação em logística e sobre indústria de defesa. Em outubro/2020, a Embraer entregou seis Super Tucanos A-29 à Força Aérea filipina, no valor de US\$ 97 milhões. As Filipinas manifestaram interesse em adquirir blindados Guarani, fabricados pela IVECO em Minas Gerais. Há também discussões quanto à aquisição de submarinos, mas as tratativas envolvem o Naval Group, francês, responsável pela construção das embarcações classe "Scorpène" em Itaguaí. Não há definição quanto ao local de fabricação dos submersíveis: Brasil, França ou Filipinas. O grupo Taurus CBC venceu diversas licitações para a venda de armas leves e munições as FFAA e polícias das Filipinas.

Para o Brasil, as vendas do agronegócio representam parcela significativa e crescente da pauta de exportações para as Filipinas. Dados da aduana local revelam que, em 2019, as vendas agrícolas responderam por 32% do total das exportações brasileiras ao país; em 2020, o percentual atingiu 34,5%; e, em 2021, 35,7%.

Destaca-se, nesse aspecto, o setor de proteína animal, que respondeu por 83,5% das exportações agrícolas em 2021 e 86,5% no primeiro semestre de 2022. O Brasil é o principal fornecedor de carne bovina e aves para este mercado e o terceiro colocado em suínos. Até o mês de abril deste ano, havia 54 estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar para o país, além de lista de 102 novos pleitos de estabelecimentos aguardando habilitação (61 de carne bovina, 33 de aves e 8 de suínos).

As Filipinas propuseram, em 2020, a alteração do sistema de habilitação sanitária de estabelecimentos candidatos a exportar produtos cárneos àquele país. A migração no sistema de acreditação de estabelecimentos exportadores brasileiros, uma vez concluída, poderá elevar ainda mais os volumes e valores do comércio bilateral agrícola.

Em agosto de 2020, o Departamento de Agricultura das Filipinas decidiu suspender temporariamente as compras de carne de frango provenientes do Brasil, após encontrados traços de COVID-19 em carregamentos importados pela China. Em resposta, o governo brasileiro detalhou as medidas que vinham sendo tomadas para garantir a segurança dos consumidores do produto, e solicitou que a proibição fosse levantada. Em dezembro daquele ano, foi levantada a suspensão temporária.

Brasil: Investimentos

As Filipinas possuem importantes investimentos em logística portuária no Brasil, com destaque para as subsidiárias da *International Container Terminal Services Inc. (ICTSI)* no país. A Tecon Suape S/A opera terminal de contêineres situado no Porto de Suape, em Pernambuco, tendo vencido licitação em 2011 para exercer a atividade por trinta anos. Em 2019, a ICTSI adquiriu, por R\$ 750 milhões, 100% das ações da Libra Terminal Rio e assumiu o controle do projeto de terminal 1 daquela empresa, no porto do Rio de Janeiro.

Do lado brasileiro, a Vale, que possuía escritório em Manila e operações de transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay, finalizou suas operações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1521	Chegada de Fernão de Magalhães à ilha de Cebu, nas atuais Filipinas, em sua viagem de circunavegação (abril).
1521-1898	Domínio espanhol.
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
	Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA
1942-44	Ocupação japonesa durante a II Guerra Mundial.
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho.
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão.
1965	Ferdinando Marcos torna-se presidente.
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
1986	Protestos populares põe fim à ditadura Marcos, e Corazón Aquino torna-se presidente.
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. Os EUA fecham a Base Naval de Subic Bay.
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional, que luta por autonomia para as regiões de maioria muçulmana.
2001	O presidente Joseph Estrada, eleito em 1998, é deposto, após protestos populares, e Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro).
2002	Assinatura do “Mutual Logistics Support Agreement (MLSA)” com os EUA restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios.
2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
2006	Tentativa de impeachment contra a presidente Arroyo (agosto).
2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados e o grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro).
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio).
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Arroyo.
2012	Aumento das tensões com a China por disputas de territórios marítimos. Firmado acordo com a Frente Moro de Libertação Nacional, que prevê o estabelecimento de nova região autônoma na ilha de Mindanao (outubro).
	Ex-presidente Gloria Arroyo é presa por desvio de fundos públicos (outubro).
2014	Assinatura de novo acordo de paz com a Frente Moro.
2016	Eleição de Rodrigo Duterte para a presidência das Filipinas (maio).
2016	Tribunal arbitral constituído sob o Anexo VII da Convenção das Nações

	Unidas sobre o Direito do Mar decidiu contra as reivindicações marítimas feitas pela China em sua disputa com as Filipinas (julho).
2019	Concessão de autonomia para algumas regiões de Mindanao de maioria muçulmana, principal reivindicação da Frente Moro, aprovada por plebiscito. Parlamento autônomo de Bangsamoro estabelecido.
2021	As Filipinas são atingidas pelo tufão Odette, responsável por 208 mortes e mais de 440 mil pessoas evacuadas de suas casas (dezembro).
2022	Eleição de Ferdinand Marcos Jr para a presidência das Filipinas (maio). Posse do presidente Ferdinand Marcos Jr. (junho).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1946	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas.
1960	Visita ao Brasil do então vice-presidente Diosdado Macapagal.
1965	Abertura da Embaixada das Filipinas.
1970	Abertura da Embaixada do Brasil.
1979	Visita a Manila do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.
2003	Visita ao Brasil do vice-ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce.
2005	Visita às Filipinas do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de enviado especial do senhor presidente da República.
2006	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
	Visita ao Brasil do ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman, para participar da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março).
	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 agrícola (setembro).
2007	Visita do secretário (ministro) dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).
2008	Visita ao Brasil da ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
	Visita ao Brasil do subsecretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN.
2009	Visita ao Brasil da presidente Gloria Macapagal Arroyo.
2010	I Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro).
2011	Visita do secretário (ministro) de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario, ao Brasil (agosto).
2012	Participação do secretário (ministro) de Planejamento Socioeconômico, Arsenio Balisacan, na Conferência Rio+20.
	II Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (outubro).
2013	Visita ao Brasil do secretário (ministro) da Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e da secretária do Bem Estar Social, Corazon Juliano-Soliman.
2014	III Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (agosto).
2017	Visita do secretário (ministro) de Agricultura, Emmanuel Piñol.
2018	IV Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro).
2021	V Reunião de Consultas Bilaterais, em modalidade virtual (setembro).
	Realização de reunião técnica entre a ABC-MRE e autoridades Filipinas, na esteira da V Reunião de Consultas Políticas (novembro).

2022	O Brasil realiza doação humanitária de US\$ 100 mil para assistência às necessidades mais prementes das vítimas do tufão Odette (fevereiro).
	Visita do enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô (julho).
	Missão empresarial DPR-Apex-Brasil visita Manila (setembro).
2023	VI Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (junho).

ACORDOS BILATERAIS

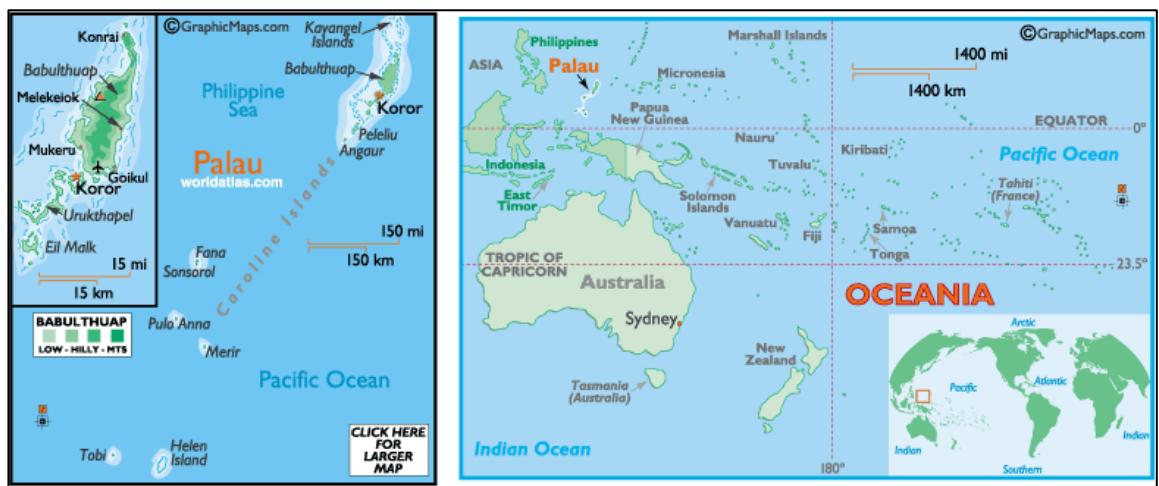
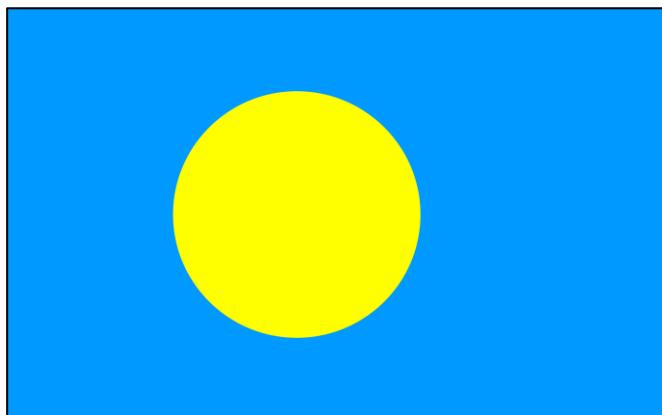
TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas	25/10/1973	03/12/1973	03/12/1973
Acordo Complementar ao Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas.	29/09/1983	20/08/1991	28/10/1991
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	20/09/2006	20/09/2006	27/09/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/09/2011	24/09/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre	23/08/2011	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte

Cooperação Técnica na Área da Reforma Agrária			
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	23/08/2011	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior da República das Filipinas sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	25/08/2014	03/09/2014	03/09/2014
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Departamento de Defesa Nacional da República das Filipinas	19/07/2022	19/07/2022	19/07/2022

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PALAU



OSTENSIVO
Julho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE PALAU	
NOME OFICIAL	República de Palau
ADJETIVO GENTÍLICO	Palauense
CAPITAL	Melekeok
DATA NACIONAL	1/10
ÁREA	458km ² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2021)	18 024 habitantes (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e palauano
GRUPOS ÉTNICOS (2015)	Palauanos (73%), Asiáticos (21,7%), Caucasianos (1,2%), outros (2,1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (45,3%), Protestantes (34,9%), <i>Modekngei</i> (5,7%), Islâmicos (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Governo constitucional em livre associação com os EUA
PODER LEGISLATIVO	Congresso Nacional; Parlamento bicameral, composto por 29 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Surangel Whipps Jr. (<i>desde janeiro de 2021</i>)
CHANCELER	Gustav Aitaro (<i>desde setembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 217,8 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 273,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 12 083,9 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 15 144,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-13,3 (2021); -9,7% (2020); -1,9% (2019); -0,1 (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,767 (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	66 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	96,6% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	1,7% (<i>ROP Statistical Yearbook 2019</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar americano
EMBAIXADOR EM MELEKEOK cumulativa com Manila)	Antonio J. M. de Souza e Silva (<i>desde 22/12/2020</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL → PALAU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-jun)
Intercâmbio	1,1	88	0,2	1 093	2,8	200,6	190,2	4	303,1	149	681,9
Exportações	0,4	88	---	1 093	0,2	163	162	4	300,7	149	674,1
Importações	0,7	---	0,2	0,1	2,6	37,6	28,2	0,3	2,4	---	7,8
Saldo	-0,3	88	-0,2	1 093	-2,4	125,4	133,8	3,7	298,3	149	666,3

PERFIS BIOGRÁFICOS

Surangel Whipps Jr. *Presidente de Palau*



Filho do ex-senador e empresário Surangel S. Whipps, nasceu em Baltimore, Maryland, graduando-se em Economia e Administração de Empresas pela ‘Andrews University’, com mestrado em "Business Administration" pela Universidade da Califórnia. Possui extensa experiência política: exerceu o cargo de senador de 2008 a 2016, além de ter concorrido às eleições presidenciais em 2016 contra o então presidente Thomas Remengesau, de quem é cunhado. Entre as prioridades de sua gestão, indicou a necessidade de uma reforma tributária; melhoria nos sistemas educacionais e de saúde do país, e a diversificação da economia, altamente dependente do turismo. Tornou-se presidente em 21/01/2021.

Gustav Aitaro Ministro de Estado de Palau



Aitaro é graduado em Ciência Política. Possui experiência de vinte anos de serviços na administração pública, em particular em assuntos de protocolo e relações exteriores, incluindo funções no próprio Ministério de Estado, a exemplo da chefia da Divisão de Comércio Internacional e Assistência Técnica. Em julho 2021, havia sido nomeado conselheiro para assuntos internacionais da Presidência. Tornou-se ministro de Estado em setembro de 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Palau estabeleceram relações diplomáticas em 31/01/2005. O esforço de aproximação com o país e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita ao Palau, que também passou por Ilhas Marshall e Micronésia.

A região da Ásia-Pacífico, onde o Palau está localizado, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como Palau, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como o Palau.

O embaixador Antonio de Souza e Silva apresentou credenciais ao presidente Surangel Whipps Jr, em cerimônia virtual em 28/01/2022. O presidente se fez acompanhar na cerimônia do Ministro de Estado Gustav Aitaro e representantes das duas casas do poder legislativo (Senado e Câmara).

O presidente Surangel Whipps Jr. coincidiu com a avaliação de que há grande potencial, ainda a ser devidamente explorado, na relação bilateral com o Brasil, sublinhando o interesse em receber proposta de acordo de cooperação bilateral. Whipps reiterou seu apreço pelo papel de liderança do Brasil no debate ambiental, principalmente na área de mudanças climáticas, prioritária para seu governo.

Entre 27/02 e 03/03/2023, os ministros Bruno e Dantas e Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), participaram do 24º Congresso da Associação das Instituições Superiores de Controle do Pacífico (PASAI), na cidade de Koror, Palau. Na cerimônia de abertura, o ministro Dantas proferiu discurso na condição de presidente da Organização Internacional de Instituições Superiores de Controle (INTOSAI). Em sua fala, destacou a importância do uso sustentável de recursos marinhos pelas ilhas da região, afirmou que as Instituições Superiores de Controle (ISCs) são "atores relevantes para assegurar, por meio de auditorias qualificadas e independentes, que os respectivos governos estabeleçam políticas públicas alinhadas com metas internacionalmente estabelecidas", a exemplo do ODS-14 da ONU ("Vida na Água"). Também citou o lançamento do projeto "Climate Scanner", coordenado pelo TCU no âmbito da INTOSAI, como iniciativa destinada a estabelecer parâmetros globais de avaliação de políticas públicas de combate à mudança climática. Por fim, o ministro elencou, como prioridades da presidência brasileira na INTOSAI, o apoio ao desenvolvimento, à resiliência e à independência das ISCs; a contribuição para a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e a promoção da igualdade e da inclusão na comunidade de membros da INTOSAI.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Palau, assim como Samoa, foi um dos primeiros países insulares do Pacífico com que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas a partir do esforço de aproximação iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, tratamento/prevenção do HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

O governo brasileiro encaminhou proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Palau em 2006, mas não houve reação do país insular. Nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica foi encaminhada em junho de 2022.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau é mínimo e basicamente constituído de exportações brasileiras. Em 2022, as exportações foram de aproximadamente US\$ 150 mil, constituídas essencialmente de petróleo (88%). Em 2021, o país vendeu cerca de US\$ 300 mil em petróleo a Palau.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros em Palau.

ACORDOS BILATERAIS

O governo brasileiro encaminhou proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Palau em 2006. Nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica foi encaminhada em junho de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau, com fluxos de financiamento decorrentes desse relacionamento. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente o Japão.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e missões em Washington, Japão, Taipé e Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul em 1995, logo após a sua independência. É parte também do “Pacific Agreement on Closer Economic Relations” (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado “Pacific Island Countries Trade Agreement” (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido ao FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e várias organizações regionais.

Durante a 77ª AGNU (2022), o chanceler Gustav Aitaro, ao condenar o conflito na Ucrânia, descreveu um cenário internacional repleto de desafios, mas sem perder de vista a mudança climática como ameaça superveniente. Colocou em uma escala distinta a dimensão dos impactos sobre o grupo de pequenos países insulares em desenvolvimento (SIDS). Esclareceu que o esforço financeiro que deveria estar sendo dirigido a programas sociais tem sido deslocado para medidas de mitigação de desastres nesses países. Além disso, afirmou que a crise energética derivada do conflito russo-ucraniano deve recordar os líderes globais sobre a necessidade de construir economias voltadas às fontes renováveis. Duramente afetado pela dependência energética, Palau determinou meta de

transição para 100% de energia renovável até 2032, ambicioso objetivo para o qual espera contar com o apoio financeiro japonês.

Aitaro destacou o êxito da realização da 7ª edição da Conferência "Our Ocean", copresidida com os Estados Unidos. O encontro, que serviu para definição de compromissos e soluções climáticas baseadas nos oceanos, permitiu discussões sobre horizontes de descarbonização da indústria de transporte marítimo e produção energética *offshore*. Desse modo, a conferência favoreceu a visibilidade de temas fundamentais para o futuro dos países insulares como a poluição dos mares, a elevação dos níveis oceânicos, a proteção dos corais e a sustentabilidade do turismo.

O chanceler referiu-se, ademais, ao diálogo para renovação do Pacto de Livre Associação com os Estados Unidos, momento oportuno para reconsiderar o equilíbrio da relação. Agradeceu, nesse sentido, o empenho do presidente Biden e do enviado especial do governo norte-americano para solucionar os termos sensíveis da negociação em curso. Assim como o presidente das Ilhas Marshall, o chanceler de Palau exortou as Nações Unidas a incorporar Taiwan a seus foros, reconhecendo sua contribuição a debates centrais tais como a resposta à questão climática e o decisivo apoio oferecido a diversos países durante a pandemia.

ECONOMIA

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico, em parte graças a aportes financeiros dos EUA em decorrência do pacto de livre associação. A renda per capita PPP de sua população (cerca de US\$16 mil) equivale a do Brasil e é a maior de seu espaço regional.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo. O estado também desempenha importante papel na economia, empregando parcela importante dos habitantes. Peixes constituem as principais exportações palauanas.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Palau, 8,7% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

A República de Palau é um arquipélago no Pacífico, ao norte da linha do Equador e a leste das Filipinas. Possui cerca de 22 mil habitantes e é uma república presidencialista.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, dez das quais inhabitadas.

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do "UN Trust Territory of the Pacific", sob administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

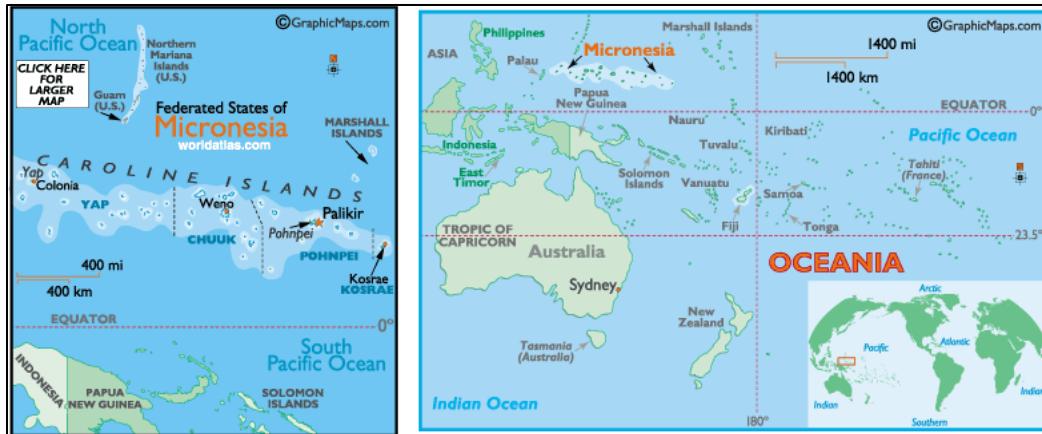
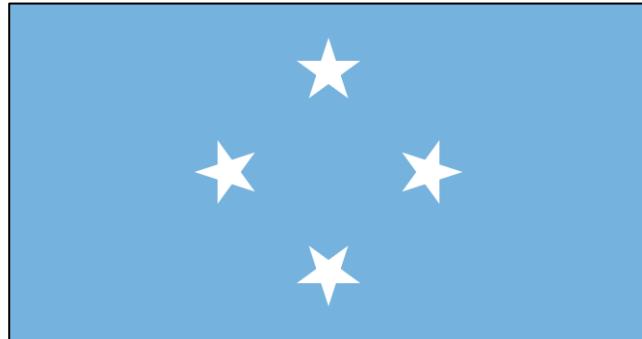
Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na ‘House of Delegates’ –, cujos mandatos também são de quatro anos.

Surangel Whipps Jr. tornou-se, em 21/01/2021, o 10º presidente da República de Palau. Jerrlyn Uduch Sengebau Sr. assumiu a vice-presidência.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

MICRONÉSIA



OSTENSIVO
Julho de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Federados da Micronésia
GENTÍLICO	Micronésio
CAPITAL	Palikir
DATA NACIONAL	3/11
ÁREA	702km ² (607 ilhas)
POPULAÇÃO (2020)	115 021 (<i>Banco Mundial</i>)
GRUPOS ÉTNICOS	Nove grupos étnicos de micronésios e polinésios.
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês (língua oficial), Trukese, Pohnpeian, Yapese, Kosrean, Ulithian, Woleaian, Nukuoro
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos Romanos 50%, Protestantes 47%, Mórmons 1.5%
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista em livre associação com os EUA.
PODER LEGISLATIVO	Congresso Unicameral composto por 14 membros: 10 eleitos diretamente por maioria simples para mandatos de 2 anos e 4 eleitos por cada um dos 4 estados por representação proporcional para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Wesley W. Simina (<i>desde maio de 2023</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Kandhi A. Elieisar (<i>desde janeiro de 2020</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 404,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 412,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2021)	US\$ 3 571,3 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2021)	US\$ 3 642,1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-3,2% (2021); -1,8% (2020); 1,2 (2019); 0,2% (2018); 2,75 (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,628 (134º) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,7 (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2010):	90% (<i>Censo da Divisão de Estatísticas da Micronésia</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	8,9% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar americano
EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):	Antonio J.M. de Souza e Silva (<i>desde 22/12/2020</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ MICRONÉSIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-jun)
Intercâmbio	73,7	84	211	224,2	69,8	149,2	87,1	81	281,3	206,2	87
Exportações	73	78	211	223	68	148	87	67	280	193,6	87
Importações	0,7	6	0	1,2	1,8	1,2	0,1	14	1,3	12,6	0
Saldo	72,3	72	211	221,8	66,2	146,8	86,9	53	277,7	181	87

PERFIS BIOGRÁFICOS

Wesley W. Simina *Presidente*



Wesley W. Simina, décimo presidente dos Estados Federados da Micronésia, assumiu o cargo em 11 de maio de 2023, após indicação pelo recém-empossado parlamento do país. Foi governador do estado de Chuuk. Estudou na Universidade do Havaí.

Kandhi A. Elieisar *Secretário de Relações Exteriores*



Elieisar nasceu em 18 de abril de 1957 na Ilha Namoluk do Estado de Chuuk. Formou-se na Universidade da Califórnia em Berkeley com diploma de bacharel em Sociologia. Cursou mestrado em Administração Pública na “California State University”. Atuou como Diretor Administrativo no Supremo Tribunal de 1985 a 1991. Ingressou no Departamento de Relações Exteriores em 1992 como III Oficial de Serviço Exterior. Durante seus 21 anos de mandato no Departamento, atuou em várias funções, incluindo Subsecretário Adjunto para Informação e Pesquisa, Subsecretário Adjunto para Assuntos Europeus, Subsecretário Adjunto para Assuntos do Pacífico e, finalmente, Secretário Adjunto para a Divisão da Ásia, Pacífico, África e Assuntos Multilaterais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e os Estados Federados da Micronésia estabeleceram relações diplomáticas em outubro de 2010. O esforço de aproximação com o país e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita à Micronésia, que também passou por Ilhas Marshall e Palau.

A região da Ásia-Pacífico, onde a Micronésia está localizada, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como a Micronésia, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como a Micronésia.

Em 2012, o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em visita realizada à Micronésia em 24 e 25 de maio de 2018, para apresentação de credenciais, o embaixador Rodrigo do Amaral, reuniu-se com o presidente do país, Peter Christian. No encontro, agradeceu o apoio da Micronésia ao pleito dos países do G-4. Ao encontrar-se com o secretário do Exterior, apresentou-lhe a proposta de acordo por troca de notas para isenção de vistos de curta duração para portadores de passaporte comum, que foi recebida de forma positiva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O governo micronésio demonstrou interesse em duas áreas principais de cooperação: com a Embrapa, para o desenvolvimento da agricultura no país, que hoje é apenas de subsistência; e possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral é ainda incipiente. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US\$ 1,1 milhão (em razão de exportação brasileira de tecidos), mas desde então se estabilizou na faixa do US\$ 100 mil, sempre com saldo para o Brasil.

Em 2020, o comércio bilateral foi de US\$ 81 mil, dos quais US\$67 mil em exportações brasileiras (de preparações alimentícias e conservas de bovino, produto tradicional da pauta, ainda que pouco expressivo em termos absolutos) e US\$ 14 mil em importações (de corindo artificial). Em 2021, o Brasil exportou US\$280 mil. Em 2022, exportou US\$ 194 mil, concentrados em conservas de carnes bovina, suína e de frango.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira na Micronésia.

ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais com a Micronésia.

Em novembro de 2017, a embaixada em Manila propôs o estabelecimento de acordo para a dispensa recíproca de vistos. Em razão da ausência de reação micronésia, a embaixada em Manila foi instruída, em dezembro de 2021, a reapresentar a proposta de acordo.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia. O país tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado atuar em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da Organização Mundial de Saúde, da ESCAP (“Economic and Social Commission for Asia and the Pacific”), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de várias organizações regionais, em particular o Fórum das Ilhas do Pacífico e a Comunidade do Pacífico Sul.

Na 77ª AGNU (2022), o presidente David Panuelo proferiu discurso com críticas à Federação Russa, país com o qual a Micronésia decidiu romper relações diplomáticas em decorrência do conflito na Ucrânia. Condenou, em particular, a ameaça de guerra nuclear. Tratou da ameaça existencial das ilhas do Pacífico e deplorou a morosidade das ações de redução de emissão de gases estufa, que não se restringem aos planos de descarbonização. Panuelo convidou dois de seus principais aliados na arena internacional, Estados Unidos e China, a abraçarem a agenda da mudança climática por sobre quaisquer considerações de competição geopolítica.

O mandatário recordou que a Micronésia possui uma das maiores e mais produtivas áreas de pesca do Pacífico, com mais de 1,1 milhão de milhas quadradas, área exposta a atividades clandestinas e crimes transnacionais, em particular a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada. Nesse quadro, agradeceu a Austrália e o Japão pela doação de recursos e de navios-patrulha para controle e monitoramento de suas águas jurisdicionais, para o que conta também com o apoio da Guarda Costeira dos Estados Unidos.

Conselho de Segurança da ONU

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não permanentes. Desde 2013, a Micronésia apoia expressamente a inclusão do Brasil e dos demais membros do G4 como membros permanentes do Conselho.

ECONOMIA

A economia do país é baseada na agricultura e na pesca de subsistência e depende em grande parte dos aportes financeiros provenientes dos Estados Unidos. Os principais cultivos do país são fruta-pão, taro, coco e banana.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso da Micronésia, 56% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

O arquipélago possui escassas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, que vem ganhando importância econômica, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas dificultam seu desenvolvimento. Entre as prioridades locais faz-se menção ao desenvolvimento da infraestrutura e à melhoria do ambiente de negócios.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US\$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do auxílio financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um *Trust Fund*, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia compõem-se de 607 ilhas e ilhotas situadas no Pacífico Norte, a leste das Filipinas. Com cerca de 115 mil habitantes, a federação é uma república presidencialista.

O país foi protetorado alemão e japonês e foi administrado pelos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. Em 1986, tornou-se independente sob Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e ajuda financeira. A Constituição nacional segue o modelo americano.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro estados federados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap). Destes, Chuuk é o mais populoso, abrangendo cerca de metade da população nacional. Os quatro estados são geograficamente dispersos e abrigam grupos étnicos distintos, com idiomas próprios. Cada um possui sua própria constituição, governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral.

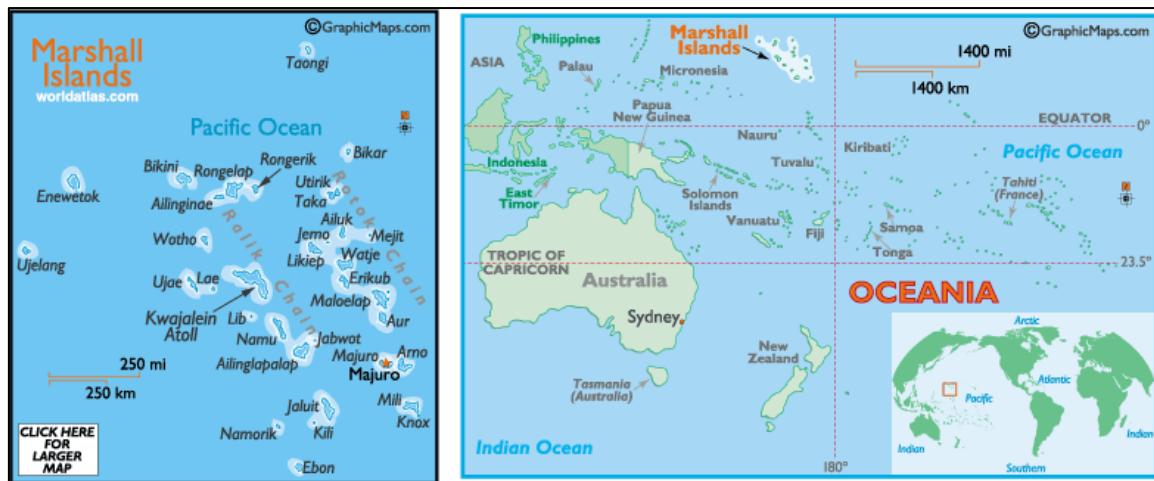
O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que 4 são eleitos por voto proporcional, representam os estados e exercem mandatos de 4 anos, e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, são eleitos por maioria simples, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é eleito pelo Congresso entre os 4 senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso.

O atual presidente, Wesley W. Simina, foi eleito em maio de 2023, sucedendo David W. Panuelo. O vice-presidente é Aren B. Palik, reconduzido pelo parlamento local na mesma ocasião.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS MARSHALL



OSTENSIVO
Julho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL	
NOME OFICIAL:	República das Ilhas Marshall
GENTÍLICO:	Marshallês
CAPITAL:	Majuro
DATA NACIONAL	1/5
ÁREA:	181,3 km ²
POPULAÇÃO (2021 est):	78 831 (<i>CIA World Factbook</i>)
GRUPOS ÉTNICOS:	Marshallese (92,1%), marshallenses mestiços (5,9%) e outros (2%)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Marshallês (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante 80,5%, católica 8,5%
SISTEMA POLÍTICO:	Governo constitucional em livre associação com os EUA
CHEFE DE ESTADO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Kitlang Kabua (<i>desde junho de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021):	US\$ 248,7 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021):	US\$ 249,2 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021):	US\$ 4.171,00 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021):	US\$ 4.181,50 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-2,5% (2021); -2,2% (2020); 6,6% (2019); 3,6% (2018); 3,3% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021):	0,639 (131°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	65,3 anos (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2021):	92,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	6,3% (<i>Asian Development Bank</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar americano
EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):	Antonio J.M. de Souza e Silva (desde 22/12/2020)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL – Marshall	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-jun)
Intercâmbio	4,67	2,1	1,83	11,9	2,7	3,15	128,5	216,1	207,8	295,0	423,8	112,07
Exportações	4,6	1,9	1,78	11,6	2,6	3,1	128,3	215,8	207,6	294,9	423,7	112
Importações	0,07	0,2	0,05	0,3	0,1	0,05	0,2	0,3	0,2	0,12	0,1	0,07
Saldo	4,5	1,7	1,7	11,3	2,5	3	128,1	215,5	207,4	294,8	423,6	111,03

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Kabua *Presidente*



David Kabua é o nono chefe de estado da história das Ilhas Marshall, empossado em 13 de janeiro de 2020. No sistema marshallês, cabe ao Legislativo ("Nitijela"), composto por 33 membros, escolher o presidente.

Nascido em 1951 e egresso da Universidade do Havaí (EUA), Kabua é filho do primeiro presidente marshallês após a independência do país, Amata Kabua. A partir de 2012, ocupou diversas pastas ministeriais no governo marshallês, especificamente as de Saúde (2012–14), do Interior (2014–15) e de Assistência ao Presidente, com funções de vice-presidente (2016–19).

No "Nitijela", David Kabua é representante eleito do atol de Wotho, posição que ocupou pela primeira vez em 2008.

Kitlang Kabua *Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio*



Com 31 anos, Kitlang Kabua é uma das representantes mais jovens do Gabinete, onde já desempenhava, desde o início do governo, a função de ministra de Educação e Esportes. Nas eleições de 2019, havia também sido eleita a mais jovem representante do parlamento local ("Nitijela"). A chefe da diplomacia marshallesa atuava como parte da equipe de seu país nas negociações para a renovação do Acordo de Livre Associação com os Estados Unidos, um dos principais tópicos da agenda política marshallesa. Kitlang Kabua é sobrinha do presidente David Kabua.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas por comunicado conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos representantes permanentes junto às Nações Unidas. O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita às Ilhas Marshall, além de Micronésia e Palau.

A região da Ásia-Pacífico, onde as Ilhas Marshall estão localizadas, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como Marshall, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como as Ilhas Marshall.

Entre 18 e 23 de junho de 2012, o presidente Christopher Loeak foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Marshall a visitar o Brasil, por ocasião da Rio+20. O mandatário não manteve encontros com autoridades brasileiras na ocasião.

Em cerimônia virtual realizada em 18/03/2021, o embaixador Antonio de Souza e Silva entregou suas cartas credenciais ao presidente da República das Ilhas Marshall, David Kabua. No âmbito multilateral, o embaixador recordou a coincidência dos mandatos de Brasil e Ilhas Marshall no Conselho de Direitos Humanos (CDH) e agradeceu o consistente apoio que têm outorgado nos últimos anos a candidaturas brasileiras para organismos internacionais.

O então ministro das Relações Exteriores, Casten Nemra, por sua vez, afirmou que Brasil e Ilhas Marshall são "like-minded countries" e propôs contatos das delegações permanentes dos dois países junto às Nações Unidas, em Nova York e Genebra para promover agendas de interesse comum. Agradeceu a disposição brasileira de discutir possíveis atividades de cooperação, mencionando a importância da atividade pesqueira e a garantia de sua sustentabilidade para a economia do país, que também tem empreendido, até o momento, bem-sucedido programa de registro de bandeira de embarcações. Nemra sublinhou, ainda, ser o Brasil um dos "key-players" para o encaminhamento do debate sobre mudança climática, tema crucial para a política externa marshallesa. Casten Nemra manifestou plena disposição de manter diálogo sobre a realidade das ilhas do Pacífico.

O presidente David Kabua reagiu com entusiasmo ao dado de que as Ilhas Marshall figuram como segundo parceiro comercial do Brasil na Oceania. Transmitiu mensagem ao Brasil de admiração e apreço.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em abril de 2023, o Brasil propôs às Ilhas Marshall texto de Acordo Básico de Cooperação Técnica (ABCT).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Embora limitado, o comércio bilateral foi, ao longo da última década, regularmente superior em relação aos demais países insulares do Pacífico. Desde 2018, o intercâmbio ganhou grande impulso com o progressivo aumento das vendas brasileiras de petróleo. Desde então, as exportações tiveram salto exponencial, alcançando US\$ 128 milhões (2018), US\$ 215 milhões (2019), US\$ 207 milhões (2020), US\$ 295 milhões (2021) e US\$ 423 milhões (2022). As Ilhas Marshall, portanto, firmaram-se como o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Oceania, atrás apenas da Austrália.

Praticamente todo esse valor corresponde a exportações do Brasil, que, em 2022, concentraram-se ainda principalmente em petróleo (US\$ 409 milhões). Outros produtos da pauta de exportações brasileira são tintas e vernizes, proteínas animais (bovina, suína e de aves) e águas minerais.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros nas Ilhas Marshall.

Em outubro de 2021, o governo das Ilhas Marshall solicitou abertura de consulado honorário na cidade de São Paulo, subordinado à Embaixada das Ilhas Marshall em Washington. Em novembro do mesmo ano a SERE autorizou a abertura do consulado honorário marshallês.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É também membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC) e de organismos internacionais como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O país busca protagonismo nas discussões multilaterais sobre mudança do clima – ameaça existencial ao pequeno país insular – bem como sobre legado de testes nucleares, realizados em seu território em meados do século XX.

51^a Sessão do CDH

Por ocasião da 51^a sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH), encerrada em 07/10/2022, a delegação das Ilhas Marshall apresentou projeto de resolução intitulado "Assistência técnica e construção de capacidades para enfrentamento das implicações sobre os direitos humanos do legado nuclear nas Ilhas Marshall".

A iniciativa, inédita no Conselho, teve como objetivo chamar atenção aos desdobramentos dos testes nucleares realizados nas Ilhas Marshall entre 1946 e 1958, "enquanto as ilhas eram administradas sob um mandato do Conselho de Tutela das Nações Unidas". Circulou-se nota conceitual, que afirmava que, no decorrer dos anos, o povo marshallês sofreu "impactos adversos intergeracionais", decorrentes dos testes nucleares em sua saúde, como por exemplo no aumento de deficiências congênitas e na alta prevalência de câncer.

A resolução foi adotada por consenso na 51^a sessão do CDH.

77^a AGNU

O presidente das Ilhas Marshall, David Kabua, proferiu, em 20/09/2022, discurso na AGNU. Referiu-se, de início, ao contexto de acirramento de tensões geoestratégicas não apenas no Leste Europeu, mas também no Indo-Pacífico. Condenou os "crimes de guerra" cometidos em território ucraniano e sublinhou o papel das Ilhas Marshall, como copresidente de Grupo de Amigos ("Group of Friends of Accountability") que defende condução de investigações independentes do Conselho de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional. O mandatário marshallês também deplorou as ações militares da China no estreito de Taiwan, que entorpeceriam as perspectivas de paz e a segurança no Indo-Pacífico. Além disso, saudou o relatório sobre direitos humanos da região chinesa de Xinjiang. Em outro âmbito, afirmou o papel do Fórum das Ilhas do Pacífico para responder aos desafios de direitos humanos em Papua Ocidental.

A mudança climática foi um dos tópicos principais do discurso marshallês. Kabua recordou que, há trinta e um anos, os líderes do país já alertavam sobre os riscos iminentes da elevação dos níveis oceânicos e seu impacto existencial para os pequenos países insulares. Segundo Kabua, as Ilhas Marshall permaneceram consistentes em seu alerta, sem encontrar uma resposta global para romper o ciclo vicioso da dependência dos combustíveis fósseis.

A desnuclearização mereceu reflexão à parte do mandatário, que sublinhou a voz legítima das Ilhas Marshall na matéria, como palco de 67 testes com armas nucleares e termonucleares em doze anos, quando o arquipélago era administrado pelos Estados Unidos, sob supervisão das Nações Unidas. Recordou que a exposição aos efeitos dos testes nucleares persiste por gerações e comprometem, ainda hoje, o bem-estar da comunidade marshallesa.

Kabua referiu-se também à importância de reequilíbrio nas relações com os Estados Unidos, pautada pela negociação da renovação do Pacto de Livre Associação.

Ao final de sua alocução, Kabua emprestou apoio à causa de Taiwan e defendeu a incorporação da ilha em organismos internacionais e no sistema das Nações Unidas.

O mandatário também tratou da urgente questão da reforma do Conselho de Segurança e singularizou o apoio marshallês ao pleito do Japão por um assento permanente.

Mudança do Clima

O presidente das Ilhas Marshall, David Kabua, foi o único Chefe de Estado das pequenas nações insulares do Pacífico entre os quarenta líderes convidados a participar da Cúpula de Líderes sobre Mudança do Clima, promovida por Washington e realizada virtualmente entre 22 e 23 de abril de 2021.

Ao lado dos líderes das principais potências, a participação do pequeno país, de 78 mil habitantes e um dos mais suscetíveis do mundo aos efeitos adversos da elevação do nível médio do mar, colocou em evidência as assimetrias de recursos e o alcance existencial dos efeitos da mudança do clima. Estudos geológicos apontam que a elevação do nível do mar poderia deixar o país sem água potável em horizonte de apenas quinze anos e submergir grande parte de sua superfície nas próximas três décadas.

O presidente Kabua recordou, em sua breve intervenção, a realidade particular das Ilhas Marshall ("we are low-lying atoll nations, barely a metre above sea level") e exortou os demais líderes a comprometer-se com metas mais ambiciosas de redução de emissão de gases estufa, sem deixar de ressaltar o papel dos países desenvolvidos de fomentar os mecanismos de mitigação.

ECONOMIA

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda norte-americana, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte dos empregos. Praticamente todo o combustível é importado. Parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, usado para testes de mísseis.

Além dos aportes norte-americanos e das receitas pelo arrendamento do Atol de Kwajalein, a economia do país baseia-se na agricultura de subsistência, na pesca e na criação de animais. A indústria se limita ao artesanato, ao processamento de atum e de copra (polpa seca de coco). O turismo tem potencial ainda pouco explorado.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso das Ilhas Marshall, 60% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

A República das Ilhas Marshall é um arquipélago situado no Pacífico Norte, a oeste das Filipinas. É um dos menores países do mundo, com 181 km², e menos de 80 mil habitantes.

O arquipélago foi administrado pela Alemanha, de 1886 a 1914, pelo Japão a partir de 1914 e pelos EUA, a partir de 1947. Tornou-se independente em 1979. Em 1986, foi assinado Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, que lhes assegura defesa, condução de alguns vetores de política externa e aportes financeiros.

A Constituição nacional segue o modelo de Westminster. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA garante ao governo das Ilhas Marshall a responsabilidade por assuntos domésticos e atribui a Washington a condução da defesa e da política externa, além de assistência financeira ao país. Os EUA se beneficiam de acesso exclusivo para suas forças militares ao espaço aéreo e mar territorial marshallenses.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo (Nitijela). O presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

As mais recentes eleições gerais para o parlamento marshallês foram realizadas em novembro de 2019. O parlamento eleito escolheu o presidente David Kabua, que tomou posse em 13 de janeiro de 2020, para mandato de quatro anos. Em declaração dias antes de sua posse, Kabua indicou como assuntos de relevância para seu mandato as mudanças climáticas, a renegociação da assistência financeira recebida dos EUA e o risco de vazamento no reservatório de dejetos radioativos na ilha de Runit ("Runit Dome" ou "Cactus Dome").